

A responsabilidade social e educativa
dos *mass media*

Hélia Santos
2005

1. Introdução¹

O projecto “Educação para a Cidadania Democrática” foi um programa lançado pelo Conselho da Europa em 1997, iniciando um projecto de três anos de exploração teórica, metodológica e conceptual, com o objectivo de propor um novo paradigma educacional para a Europa. Os princípios fundamentais que alicerçam este projecto são a democracia plural, os direitos humanos e o Estado de Direito.

Este programa educativo apresenta objectivos ambiciosos e muito abrangentes, chamando todos os agentes sociais a cumprir um papel, envolvendo as áreas da educação formal, não- formal e informal. As escolas não são o único agente activo segundo este novo paradigma educativo. As ONGs, as autoridades locais, as associações de pais, e, naturalmente, os meios de comunicação social² são chamados, igualmente, à sua responsabilidade educativa. O próprio conceito de cidadania é visto de forma mais flexível e lata, não se resumindo à concepção de Marshall, que inclui direitos políticos, cívicos e sociais, mas abarcando a dimensão (inter)cultural, ambiental, uma visão do cidadão como consumidor, ambicionando contribuir para a coesão social na Europa.

Em 2002, é publicado um relatório sobre uma das dimensões que constituiu este projecto e que trabalhou a dimensão da educação para os meios de comunicação social, o qual foi desenvolvido por professores/as e académicos/as envolvidos/as em projectos internacionais escolares. Do enquadramento teórico desse projecto consta:

[...] the media are the main/principal source of information of all kinds, and an important - if not the most important - basis for individual opinion formation and the best vehicle for disseminating different opinions and views. It follows that the freedom of the media needs to be guaranteed by states and must be regarded as a prime pillar of every democracy. (Council of Europe, 2002: 23)

Esta citação enquadra o *rationale* inerente a este projecto, e em parte, o trabalho que apresentamos. Ou seja, o papel central que os *media*, em sociedades altamente mediatizadas, cumprem no seu projecto educativo e de cidadania, e na própria intensidade da sua democracia. Porém, é pertinente, desde já, fazer duas ressalvas em relação a esta citação, alargando o seu argumento, de carácter claramente liberal. Por um lado, os meios de comunicação social não contribuem somente para a formação de opinião individual. Na verdade, eles contribuem para uma opinião pública e alimentam um certo “imaginário colectivo”. Um outro ponto prende-se com o facto de esta citação, e em geral o projecto referido, ter por base, fundamentalmente, o contexto europeu (ou *ocidental*), no qual este trabalho se vai centrar.

Assim, propomo-nos reflectir, na primeira parte, sobre o papel fundamental dos meios de comunicação social num regime democrático e de que forma esse papel foi evoluindo nas teorias sociais do século XX. Na segunda e última parte, tentaremos ilustrar de que forma os *media* são chamados a cumprir um papel na educação para a cidadania, quer nas políticas europeias quer no contexto português. Para isso, analisaremos o relatório da Associação SOS Racismo de 2004, o qual apresenta um levantamento das notícias em Portugal relativas a questões de imigração e minorias étnicas. A selecção deste material prende-se com o objectivo de analisar mais empiricamente a influência, positiva ou negativa, que os *media* exercem em Portugal relativamente ao desenvolvimento de sentimentos racistas e xenófobos. Tentaremos perceber se, e como, os meios de comunicação social em Portugal encaram o seu papel de educadores informais de uma consciência cidadã (sem querer significar civilizada e submissa, mas pelo contrário politicamente activa, participativa e solidária), analisando a forma como imagens e mensagens estereotipadas passam nos *media*, ainda que, por vezes, de forma dissimulada e subtil.

2. *Media*, cidadania e democracia: o conceito de “esfera pública”

Quando falamos nos *media*, opinião pública e no acesso à informação, é inevitável a referência a Jürgen Habermas. Discípulo de Theodor W. Adorno, ambos académicos na Escola de Frankfurt,³ Habermas foi o cientista social que desenvolveu o conceito de “esfera pública” enquanto um espaço de comunicação interactiva. Ou seja, Habermas não conceptualizava a esfera pública no sentido estritamente político (institucionalmente) mas também no sentido comunicativo e interactivo. O conceito de esfera pública está proximamente relacionado com o conceito de cidadania. Ou seja, na “esfera pública” desenvolve-se uma consciência de cidadão/ã politicamente activo/a e exercem-se os direitos de cidadania, um dos quais a intervenção política pública.

Habermas baseia-se na realidade europeia do século XVIII, em que uma classe média burguesa surge em oposição aos regimes totalitários. Esta nova classe terá tido um modo de debater política em público não só através de interacção directa, com debates em espaços públicos como o café, mas também através de uma imprensa barata e de circulação limitada que aparece nesta altura. Este ambiente terá sido, na análise de Habermas, a “época alta” da esfera pública, em que se terá contraposto e contestado os regimes totalitários:

La publicidad burguesa puede captarse ante todo como la esfera en la que las personas privadas se reúnen en calidad de público. Pronto se reclaman estas de la publicidad reglamentada desde arriba, oponiéndola al poder público mismo, para concertar con ella las reglas generales del tráfico en la esfera - básicamente privada, pero públicamente relevante - del tráfico mercantil y del trabajo social. Carece de paradigma - propia e históricamente - el medio de que se valió esa concertación: el raciocinio. (Habermas, 2002: 65)

Na sua concepção de esfera pública, e sequente conceito de racionalidade comunicativa, Habermas defende que a racionalidade se desenvolve através do debate organizado e livre entre iguais.

Segundo o mesmo autor, na obra *Towards a Rational Society: student protest, science and politics*, de 1962 (Habermas, 1987), esse espaço de debate público em que o poder político é questionado, enfrentado e até influenciado pelo comum cidadão, alterou-se francamente no chamado capitalismo avançado ou tardio, em que o poder político deixou de ter por base valores substanciais democráticos, e passou a centrar-se na prevenção de problemas técnicos potencialmente prejudiciais ao equilíbrio dos sistemas económico e social. (Baert, 1998: 135) Com um “esvaziamento” do poder político em termos de ideais, a esfera pública terá perdido o seu poder de oposição e de intervenção política, vendo o foco de vida política centrada nas questões económicas.

Mendes (2004: 149) apresenta, citando Deborah Cook, a sua crítica a esta visão pessimista (e mesmo, conformista) de Habermas:

Habermas parece pressupor que o funcionamento sistémico-paternalista das democracias liberais deve ser o padrão a adoptar. Assim, segundo este autor [Cook] só em casos raros é que a esfera pública cumpre as condições necessárias para se tornar em poder comunicativo com directa influência no sistema político. [...] O que surpreende na nova argumentação de Habermas é que a fraqueza da esfera pública deriva quase exclusivamente da dinâmica negativa do mundo da vida, e não dos sistemas económicos ou políticos e da sua lógica de funcionamento hegemónica.

O nível alto de abstracção e a falta de dados empíricos na base da teoria habermasiana não deixam de ser alvo de crítica por parte de outros autores. Quer Baert (1998) quer Dahlgren (1997) partem da teoria de Habermas para explorar as potencialidades e os limites dos *mass media*. Para Baert, a teoria de Habermas não

se baseia em estudos empíricos, ficando na mera abstracção. Por outro lado, questiona a sua teoria de “situação de comunicação ideal”, por não tomar em linha de conta, por exemplo, as mais diversas situações possíveis que podem eventualmente ocorrer, nomeadamente quando a comunicação tem lugar entre culturas diferentes. Por fim, questiona a sua noção moderna de procura de consenso, de uma teoria da verdade. (Baert, 1998: 146-150) Apesar de os *media* possibilitarem um espaço de debate, de informação, de entretenimento e de formação de opinião pública, não podemos afirmar que constituem uma esfera pública no sentido habermasiano. A situação de comunicação ideal, onde a igualdade entre os interlocutores é fundamental, não ocorre nos meios de comunicação social de massas. Isto porque a comunicação é unidireccional, ou seja, há uma relação desigual entre os interlocutores. Apesar de o desenvolvimento tecnológico entretanto ocorrido, como a televisão interactiva, a televisão por satélite e a Internet, começar a modificar essa relação, com a possibilidade dos utilizadores terem poder de decisão sobre a programação que pretendem ver, e participar de forma politicamente activa, por exemplo, em acções de protesto via Internet (assinatura de petições, participar em fóruns ou *weblogs*, etc.), é nossa convicção, porém, que a relação permanece desigual. As estratégias de marketing e o poder de influenciar o/a utilizador, condicionando as suas escolhas, são fortes, exigindo um sentido crítico apurado em relação às grelhas de programação, conteúdos e funções oferecidas pelos *media*. Daí o importante papel, também, que a escola, a família, as ONGs são chamadas a desempenhar na prática de uma leitura crítica do mundo veiculado pelos meios de comunicação social.

Dahlgren aponta três outras críticas à teoria de Habermas que nos parecem relevantes salientar. Por um lado, a sua teoria baseia-se numa dicotomia classista e sexista que não é questionada, ou seja, a diferenciação entre esfera pública e privada na sociedade burguesa. Por outro lado, a sua teoria não refere esferas

públicas alternativas, populares, informais ou oposicionais. Por fim, a teoria habermasiana anuncia o fim da esfera pública numa época de capitalismo avançado e altamente industrializado, no qual Dahlgren não acredita (Dahlgren, 1997: 5-6). Os seus críticos questionam o carácter liberal e iluminista da obra deste autor (ele próprio afirmando que não se deve negligenciar o potencial emancipatório do Iluminismo), que coloca o centro da sua teoria na “racionalidade comunicativa”. Numa época em que a teoria crítica, da qual ele é precursor, se encontra num período pós-moderno, problematizando dicotomias, como por exemplo privado e público, feminino e masculino, e complexificando as teias de poder que as enformam, a concepção de “político” e as próprias identidades culturais, a teoria “linear” habermasiana começa a ser questionada. A “esfera pública” diversificou-se, foi alargada, não se constituindo agora como um espaço entre iguais e de consenso, mas gradualmente como espaço de dissensão e conflito. Como referido atrás, novas tecnologias, por um lado, terão ajudado à consolidação deste processo, porém, não podemos esquecer que foram os grupos sociais sem acesso ao espaço político público que, ao longo de décadas, lutaram por maior participação e representação: a luta das mulheres e dos afro-americanos nos EUA pelo acesso a direitos cívicos e políticos, ou seja, pelo direito a serem cidadãos plenos e a acederem à “esfera pública”, é paradigmático. Nas palavras de Dahlgren,

We need to render the public sphere as an object of citizen concern, scrutiny and intervention. The defence and expansion of the public sphere always remains a political accomplishment. (1997: 9)

Ainda recorrendo a Peter Dahlgren, a sua definição de *mass media* enquanto esfera pública seria:

The public sphere is a concept which in the context of today's society points to the issues of how and to what extent the mass media, especially in their journalistic role, can help citizens learn about the world, debate their responses to it and reach informed decisions about what courses of action to adopt. (1997: 1)

Para este autor, não podemos pensar na esfera pública no sentido estritamente habermasiano, o qual pretende centrar-se numa realidade datada e abstracta, mas devemos, sim, dar-lhe uma nova atenção no sentido de explorar que alterações a esfera pública sofreu em consequência do capitalismo avançado, o qual veio coincidir com um grande crescimento dos meios de comunicação social de massas, e o surgimento de uma esfera pública mais diversificada e abrangente. Os meios de comunicação social de massas vieram, sem dúvida, exigir uma reformulação da teoria sobre a participação democrática, subjacente ao conceito de esfera pública, no sentido em que é inevitável falar-se de cidadania ou acesso a direitos de cidadania sem mencionar o acesso à informação. De sublinhar, ainda, naquela definição, a atribuição aos *media* a função de ajudar os/as cidadãos/as a aprender sobre o mundo, debatê-lo e agir sobre ele. Esta definição e objectivos poderiam ser encontrados num qualquer texto sobre educação para a cidadania. Podemos, assim, identificar um ponto de contacto entre a educação para a cidadania e o papel dos *media*: quando partimos de uma concepção radical, os *media* têm efectivamente uma função como "educadores de públicos". A discussão centra-se precisamente sobre se essa entidade desenvolve uma função educativa emancipatória ou opressora, questionadora ou perpetuadora de estereótipos.

Quais são, então, as propostas teóricas actuais de olhar para os *mass media* enquanto um espaço público de (in)formação? Qual a função que os meios de comunicação social desempenham nos dias de hoje?

Contraposta àquela noção liberal clássica, surge a perspectiva da teoria da democracia radical sobre os meios de comunicação social de massa enquanto esfera

pública. James Curran (1997: 27-56) faz uma comparação bastante completa entre estas duas teorias, e as teorias marxista e comunista (ver quadro 1). O seu texto é bastante elucidativo sobre os pontos principais das quatro perspectivas sobre os *mass media* enquanto esfera pública, do qual destaco alguns pontos relevantes que contrapõem a teoria liberal clássica e a radical democrática.⁴

	Liberal	Crítica Marxista	Comunista	Democracia Radical
Esfera pública	Espaço público	Opressão de classe	————	Espaço público de protesto
Desempenho político dos <i>media</i>	Controlo sobre o governo	Controlo das classes	Objectivos sociais aprofundados	Representação
Sistema mediático	Mercado livre	Capitalista	Propriedade pública	Mercado controlado
Norma jornalística	Desinteressada / neutra	Subalterna	Didáctica	Adversarial
Entretenimento	Distracção/ divertimento	Inebriante	Iluminista	Convivência da sociedade consigo própria
Reforma	Auto-regulação	Não-reformável	Liberalização	Intervenção pública

Quadro 1: Diferentes perspectivas sobre os media

Curran começa por apresentar desde logo definições opostas de esfera pública nas perspectivas liberal e radical. Para a primeira,

the public sphere (or in more traditional terminology, “public forum”) is the space between government and society in which private individuals exercise formal and informal control over the state: formal control through the election of governments and informal control through the pressure of public opinion. (Curran, 1997: 29)

O papel dos *media* é fundamental na medida em que eles fornecem a informação necessária para que os/as cidadãos/ãs façam escolhas informadas nas eleições, constituindo-se, assim, uma plataforma neutra de debate.

Para a perspectiva radical, quer a definição de esfera pública quer a função atribuída aos *media* pela teoria liberal são diminutas. Por um lado, a definição contrapõe apenas as relações desiguais de poder entre o Estado e os/as cidadãos/ãs, ignorando as outras relações desiguais fora dessa hierarquia vertical de poder. Para a teoria radical, as relações de poder são bastante mais complexas, articulando relações verticais, horizontais e diagonais de poder. Por outro lado, longe de os *media* constituírem um espaço pacífico e neutro de debate,

The media are a battle ground between contending forces. How they respond to and mediate this conflict affects the balance of social forces and, ultimately, the distribution of rewards in society (*ibid*).

Os *media* devem representar todos os interesses sociais e desempenhar uma função mais activa no sentido de se constituírem como uma plataforma ao serviço de todos os grupos sociais a representar, contribuindo para as tomadas de decisão na política pública:

In short, a central role of the media should be defined as *assisting the equitable negotiation or arbitration of competing interests through democratic processes* (Curran, 1997: 30)

Logo, a tradição radical tem uma concepção de “política” mais abrangente e inclusiva que a tradição liberal, a qual reduz a política à relação entre o governo e o indivíduo. Naquela perspectiva, em qualquer área social onde se exerça o poder (em casa, no trabalho, etc.) encontra-se, igualmente, participação e negociação

políticas. Santos (2000: 254), efectivamente, identifica nas sociedades capitalistas em seis espaços de poder estruturais: o espaço doméstico, o espaço da produção, o espaço do mercado, o espaço da comunidade, o espaço da cidadania, e o espaço mundial. Não sendo nenhum deles fixo e fechado, poderemos afirmar que os meios de comunicação social exercem poder sobre, e dentro de, cada uma destas esferas. O poder dos *media* permeia os seis espaços definidos pelo autor, exercendo poder político e epistemológico sobre as sociedades.

Nesta visão dos *media* mais abrangente e participativa, os meios de comunicação social não deverão, assim, ser eticamente neutros. Eles devem denunciar e corrigir injustiças e levar a debate público o exercício de poder, seja ele realizado por empresas ou por sindicatos. Além disso, fará parte da sua função social alargar o acesso aos meios de comunicação social para além das elites privilegiadas.⁵

Resumindo, a perspectiva radical democrática define o papel dos *media* como:

to facilitate this intricate system of representation, and democratize it by exposing intra-organizational decision-making to public disclosure and debate. (Curran, 1997: 31)

Ou seja, enquanto na versão liberal, a função dos *media* deve ser o menos interventiva possível, funcionando como mera plataforma neutra de informação, a perspectiva radical democrática apela a uma intervenção social e política dos *media*, ao adicionar a função de denúncia de injustiças e de esclarecimento sobre as teias institucionais de poder, expondo-as ao debate público, contribuindo, assim, para aumentar a transparência.

Nesta lógica de intervenção, uma outra característica abordada em termos comparativos entre a teoria liberal e radical prende-se com a questão dos métodos jornalísticos. A primeira defende a objectividade profissional e a separação entre

facto e opinião. A última defende, pelo contrário, um jornalismo de investigação, sublinhando a visão radical dos *media* enquanto um poder de oposição.

Quando falamos em meios de comunicação social é inevitável pensar no papel central que o entretenimento cumpre, principalmente nos meios audiovisuais. E essa questão é, de igual modo, vista de forma bastante diferente pelas duas correntes teóricas. Por um lado, a teoria liberal desvaloriza totalmente essa dimensão dos *media*, ou ignorando a sua existência, ou criticando-a fortemente, ou discutindo essa dimensão como sendo totalmente distinta e independente da dimensão política que o jornalismo “sério” encerra. A teoria radical, por outro lado, valoriza essa dimensão como parte integrante do papel político dos *media*. Ao não distinguir entre a esfera pública e privada, ao não encarar a relação política reduzida à relação vertical entre o governo e os cidadãos, a teoria radical defende que

It [entertainment] offers a commentary on the nature of social relations between men and women, parents and children, young and old, the ethnic majority and minorities - on what they are and, by implication, on what they might become. It can also provide a means of obtaining a better understanding of others in a way that fosters empathetic insights between different sections of society and strengthens bonds of social association. Conversely, media entertainment can do the opposite: it can foster misunderstanding and antagonism through the repetition of stereotypes that provide a focus for displaced fears. (Curran, 1997: 33)

Este artigo termina com uma reflexão sobre uma questão, que, na opinião de muitos teóricos, tem levantado os maiores obstáculos à liberdade dos *media* e ao seu programa “político” e ideológico: o facto de actualmente os *mass media* serem geridos na lógica do mercado livre capitalista. Na verdade, muitos teóricos têm levantado a questão dos monopólios mediáticos, denunciando que, quando estes acumulam vários *media*, tornam-se teias de interesses que acabam por limitar a

perspectiva democrática radical dos *media*, uma vez que colocam dificuldades quanto à participação e representação de todos os sectores da sociedade pela grande selecção que fazem de conteúdos ou participantes. Segundo Bourdieu (2001), a liberdade de expressão dos jornalistas e a participação dos “produtores culturais” podem ser manipulados pelos grandes interesses económicos. Bourdieu denuncia, no contexto francês, que nos debates televisivos há uma selecção não só dos conteúdos do debate, que são definidos pelo jornalista de acordo com os interesses da empresa proprietária do canal de televisão, como dos próprios participantes convidados, os quais nem sempre representam todos os interesses políticos e sociais envolvidos num determinado tema (Bourdieu, 2001: 26-34).⁶

Para este dilema, Curran (1997: 46-52) apresenta quatro exemplos de “terceiras vias”, com base em exemplos de televisões europeias, como alternativas às versões monopolistas. Assim, o exemplo britânico seria o de um modelo de “*centrally controlled market economy*”, pelo qual as regras e os termos de competição de mercado são determinadas e controladas pelo Estado, de acordo com o interesse público. Na Holanda, o modelo seria “*mandated market economy*”, pelo qual o tempo de antena e as infra-estruturas públicas são atribuídas a diferentes companhias de televisão:

the intention is to produce a broadcasting system that reflects a wide spectrum of political opinion and cultural values. (*ibid.*: 49)

A Suécia apresenta uma alternativa na área da imprensa, facilitando a entrada no comércio de novo títulos com recurso a um “*Press Subsidies Board*”, o qual atribui empréstimos a baixo custo a grupos menos ricos, possibilitando-lhes o lançamento de novos projectos viáveis. Por fim, o exemplo da Polónia, composto por sectores público, cívico e mercantil. O serviço público de televisão é garantido pelo canal estatal que é o mais importante no país. A venda de franchising a companhias

privadas reverte a favor de um sector civil, o qual alarga a diversidade cultural e ideológica do sistema.

O ponto que eu gostava de sublinhar para terminar a primeira parte, é precisamente o ponto sobre o entretenimento que a teoria democrática radical defende. As palavras de Curran sublinham precisamente uma dimensão dos meios de comunicação social ignorada pela visão liberal: o *hidden curriculum*. Podemos apreender pela sua definição que a teoria radical identifica os *media* como um espaço onde representações, positivas ou negativas, da sociedade, ou de grupos sociais diversos, são “jogadas”. As mensagens subentendidas nas grelhas de programação, pelos temas apresentados, pelo enfoque da informação, etc., principalmente quando pensamos na televisão, são de extrema importância na formação de uma opinião pública e de uma auto-imagem da própria sociedade. A sociedade convive, efectivamente, consigo própria no espaço mediático, como que olhando-se ao espelho.

E essa dimensão mais subtil da comunicação social deve ser trabalhada criticamente, principalmente na educação para os *mass media*: estudar, interpretar, analisar criticamente as mensagens subentendidas que são transmitidas pela publicidade, pelos programas de entretenimento, pelas imagens que acompanham os noticiários. Segundo o projecto “Educação para a Cidadania Democrática”, essas mensagens podem tomar forma de metáforas, suposições, interpretações, etc. Por exemplo, ao iniciar uma notícia com a seguinte frase, “I will not make a judgement on the social consequences of allowing refugees to stay in this country forever, I would just like to point out the financial problems”, o locutor transmite a mensagem de que, na verdade, acredita que as consequências seriam desastrosas. Ao afirmar que não se quer pronunciar sobre determinado assunto, está a evitar claramente afirmar as consequências negativas nas quais acredita (CoE, 2002: 31). Como salienta Mendes (2004: 153):

Os *media* constituem um poderoso aparelho ideológico, não no sentido de que são manipulados ou que os seus profissionais possuem uma falsa consciência, mas sim de que os seus discursos assentam em pressupostos e assunções com um forte carácter ideológico. Esta função ideológica é complexa e contraditória. Por exemplo, os textos (num sentido amplo) dos *media* tanto contribuem para o controlo e a reprodução social como operam como mercadorias culturais, entretêm as pessoas, mantêm as pessoas política e socialmente informadas, são artefactos culturais e reflectem as mudanças nos valores e nas identidades. [...] Aos destinatários da informação e aos directamente referenciados no tratamento dos *media* caberá um papel directo na desconstrução dos discursos jornalísticos e na exigência de apresentação de visões alternativas.

Como veremos na parte seguinte, são muitos os silêncios, os estereótipos, as imagens “viciadas”, os “*understatements*”, que ainda hoje temos nas nossas televisões, seja em notícias, em publicidade, entretenimento ou debates, o que coloca em risco o papel educativo dos *media* numa perspectiva de cidadania, e a consequente aspiração a um aprofundamento da democracia, socialmente mais representativa, justa e participada. De forma a delimitar a minha análise, irei focar a minha breve análise “empírica” nas questões dos estereótipos racistas e xenófobos veiculados, frequentemente, pelos *media*.

3. Os *media* e a responsabilidade social e educativa

Nas sociedades contemporâneas, o acesso à informação é realmente sinónimo de poder, que nem sempre está acessível de forma igualitária. O acesso à informação não depende apenas dos meios disponíveis mas da possibilidade de aceder a eles, não só em termos técnicos mas em termos de “capital cultural”, no sentido de Bourdieu. A capacidade de interpretar, seleccionar e utilizar a informação disponível, varia

grandemente em sociedades diversas e desiguais, onde diferentes indivíduos possuem diferente capital cultural.⁷ Esta diversidade implica, igualmente, uma diversidade de representação social nos *media*, exigindo deles um sentido de responsabilidade social. Proponho, seguidamente, uma breve apresentação deste conceito aplicado aos *mass media*, por considerar fundamental no contexto actual da sociedade, e no seu relacionamento com esse “monstro” que é a comunicação social.

Essa dimensão de cidadania dos *mass media* foi estabelecida na sequência de um relatório elaborado por uma comissão de inquérito sobre o papel da imprensa norte-americana, em 1947. Neste relatório apareceu o termo *responsabilidade social da imprensa* pela primeira vez, e apontou indícios para uma orientação deontológica da imprensa americana. Em 1956, Peterson, Schramm e Siebert elaboraram com maior rigor e de forma mais explícita o que seria um código deontológico numa perspectiva da doutrina liberal da informação, a qual defende a todo o preço a liberdade total dos meios de comunicação social em relação ao Estado. Porém, a liberalização do mercado acabou por influenciar igualmente os *media*, colocando em causa a sua função de informar independentemente. O pluralismo e a liberdade dos meios de comunicação social começaram a ser questionados, tomando em linha de conta a sua possível manipulação por interesses económicos influentes. A concentração num único proprietário de vários títulos e canais televisivos veio colocar dificuldades de sobrevivência a pequenos títulos e colocar em causa a diversificação nos meios de informação (Cruz, 2002: 435-8).

Em Portugal, a dimensão da responsabilidade social dos *media* encontra-se no Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses, adoptado em 1993. Dos dez pontos do código, destaco o ponto número oito, no qual consta:

O jornalista deve rejeitar o tratamento discriminatório das pessoas em função da cor, raça, credos, nacionalidade ou sexo.⁸

Por outro lado, o Jornal PÚBLICO editou em 1997 o seu próprio Livro de Estilo, cuja primeira parte se dedica à ética e deontologia. Pode dizer-se que alarga e especifica ao contexto do jornal PÚBLICO, com exemplos concretos, o código deontológico dos jornalistas portugueses. Na parte “privacidade e responsabilidade”, o ponto quatro diz:

Discriminação sexista, religiosa, racial ou etária

O PÚBLICO recusa todos os preconceitos e estereótipos de linguagem que firam a sensibilidade comum em assuntos que envolvam a idade, a raça, a religião ou o sexo. Ninguém deve ser qualificado pela sua origem étnica, naturalidade, confissão religiosa, situação social, orientação ou preferências sexuais, deficiências físicas ou mentais - excepto quando essa informação for indispensável à própria informação. (o Público, 1998: 57)

Contudo, não podemos esquecer que este exemplo positivo vem da parte de um jornal de qualidade, cujo público pertence maioritariamente às classes sociais média-altas da sociedade portuguesa, geralmente com níveis de escolaridade altas, ou seja, uma fatia relativamente reduzida da população. Por outro lado, a sua projecção à restante população acontece através dos jornais televisivos, por terem nele uma fonte “aliada” de notícias. Este será, talvez, um exemplo de como os *media*, além de servirem de “cães de guarda” ao governo, também poderão cumprir a função de vigilantes uns em relação aos outros.

De que forma é que os *mass media* encaram o seu papel de agentes educativos e a sua responsabilidade social, no sentido em que possuem o poder de informar e formar a opinião pública, constituindo muitas vezes a única fonte de informação, por exemplo, das camadas mais jovens?

Esta questão foi colocada por nós a vários Provedores do Leitor de alguns jornais portugueses, nomeadamente *Jornal de Notícias* e *Diário de Notícias*, ao Sindicato dos Jornalistas e ao Clube de Jornalistas. Destas quatro entidades, apenas o

Provedor do Leitor do *Diário de Notícias* respondeu. Numa primeira frase introdutória, Manuel Pinto respondeu que “Os jornalistas, e, em geral, os responsáveis dos media, tendem a assumir que não lhes cabe uma função educativa”, pelo simples facto de, continua, haver ainda uma representação formal da função educativa como pertencente à instituição escola. É esta visão formal e rígida de educação que vários pedagogos tentam desconstruir, como por exemplo Paulo Freire (1972) que defende que o processo de alfabetização, e educação em geral, não se resume à “leitura da palavra” mas principalmente à “leitura do mundo”, esta última partilhada claramente pelos *media*.

Aquela visão dos *media* da educação e da escola não será muito recente e, pelas palavras de Manuel Pinto, mantém-se. Em 1993, num seminário organizado pelo Conselho Nacional de Educação, sobre “A Educação e os Meios de Comunicação Social”, Emídio Rangel, então conhecido responsável de um canal televisivo privado, afirmava:

No meu ponto de vista não devem trabalhar diariamente como se tivessem preparados para educar as pessoas, no sentido de que é preciso formatá-las em função de um determinado objectivo. Não acredito nessa lógica; acredito, sim, que os jornais, rádios e televisões *estão obrigados apenas a passar informação* [...] Acho que o grande jogo educativo que a comunicação social faz é a prática e a passagem da informação e é a diversidade dessa informação. É desse choque de informações distintas que os cidadãos se enriquecem e que a democracia se estabelece de forma mais marcante. (CNE, 1993: 116, nossa ênfase)

Jorge Wemans, também responsável de um jornal diário de renome em Portugal, tendo sido seu fundador e director-adjunto, e mais tarde seu provedor do leitor, em resposta à intervenção de Emídio Rangel afirmava, pelo contrário:

Não nego que haja poder nos meios de comunicação social. Vou até mais longe do que o Emídio Rangel e reconheço claramente que eles não dão só informação. Não tenho dúvidas nenhuma de que formam. Os meios de comunicação social, propõem visões do homem, do mundo, e de um modo de relacionamento. Nos meios de comunicação social a informação não é gratuita, situa-se num contexto da actualidade, é sempre uma escolha, não só em termos daquilo que se escolhe para comunicar, mas também da forma como se comunica. (*ibid.*: 123)

Acrescenta que sendo a escola não mais unicamente uma instituição de transmissão de conhecimentos mas principalmente de formação para a cidadania, os meios de comunicação social teriam um papel a desempenhar na “formação das consciências” (*ibid.*: 127). Wemans diferencia o papel da escola em relação aos *media* enquanto agentes educativos da seguinte forma:

Não tenho qualquer dúvida que um dos factores mais importantes em que a Escola se diferencia de outras formas de aquisição de conhecimentos é o facto de haver relações pessoais, de os meus filhos estarem em contacto com outros adultos. Iludimos tudo e não percebemos a realidade se não temos em conta que de permeio nessa relação estão os órgãos de comunicação social. Eles constam nessas relações professor-aluno e aluno-aluno, nos seus valores, na sua ideia do mundo e na sua apreensão das coisas. (*ibid.*: 139)

As visões opostas destes dois responsáveis na área dos *media* em Portugal ilustra o debate que temos vindo a desenvolver neste trabalho sobre a função educativa e a percepção que os *media* têm de si mesmos enquanto instância cultural e social com fortes responsabilidades educativas. Apesar de ter sido um debate realizado há bastante tempo, podemos verificar que este não foi (nem é ainda, se ponderarmos a afirmação de Manuel Pinto) um tema consensual.

Regressando às reflexões de Manuel Pinto, sublinhamos ainda a sua referência a um membro da *Federal's Communication Commission*, dos Estados Unidos, segundo o qual “toda a televisão é educativa”, e continua afirmando que “nem que fosse pelo efeito de difusão generalizada (em particular da TV) e de consumo prolongado no tempo, os media instauram como que um meio-ambiente que é, a um tempo, produto e agente da acção social”. É esta presença massiva e constitutiva dos *mass media* da vida da e em sociedade que a educação para a cidadania pretende explorar e trabalhar pelo contacto e intercâmbio entre uma educação informal e a educação formal instituída pela escola. O projecto de uma educação para a cidadania pretende incluir não apenas as aprendizagens formais disciplinares,⁹ mas igualmente uma educação política, social, cultural, cívica, que se constrói pelas relações dentro da comunidade escolar e entre a escola e a comunidade local. Adicionalmente, é de salientar que é relativamente consensual entre os teóricos da educação para a cidadania que grande parte de informação sobre, por exemplo, direitos é transmitida aos jovens e crianças através dos *media*. Daí a importância não só de se explorar criticamente no contexto de sala de aula as mensagens transmitidas (Gundara, 2000: 20-1), como os próprios responsáveis dos *media* deverem, em nosso entender, ponderar à partida o modo como transmitem informação, entretenimento, publicidade, etc.

Quando questionado sobre a interferência da função educativa com o papel de informar de forma imparcial, Manuel Pinto é claro ao responder que “o jornalismo desempenha um papel de agente educativo, que julg[a] ser compatível com uma informação que procura ser imparcial.” Recorrendo ao exemplo da cobertura feita em Portugal ao tsunami que assolou vários países no Índico, Manuel Pinto refere que, apesar do perigo de exploração sensacionalista da informação, houve uma mensagem sobre a irresponsabilidade humana que poderá ter contribuído para o adensar e aprofundar da catástrofe. Concorda connosco, ainda, ao afirmar que o equilíbrio

entre sensacionalismo e informação objectiva pode ser conseguido pelo controlo feito pelos *media* alternativos que, de certa forma, “vigiam” os tradicionais. Também importante sublinhar é a sua final referência a uma “alfabetização mediática” que, depreende-se, corresponde ao que chamamos uma educação para os *media*, pela qual, principalmente nas escolas, se procede a uma análise crítica dos conteúdos transmitidos pelos *media*, “em ordem a aprender a ser crítico face a si mesmo e face ao mundo”.

4. Uma perspectiva europeia

Propomos, seguidamente, lançar um olhar sobre a “política” europeia em relação a este debate.¹⁰ O Conselho da Europa, uma instituição fundada no período imediato após a segunda guerra mundial, com o objectivo de promover e ajudar ao estabelecimento da paz, da democracia e a promoção dos direitos humanos na Europa, actua principalmente nas áreas da cultura e educação. Desde os anos 70 e 80 que esta organização tem vindo a alertar para a necessidade de um esforço conjunto no combate ao racismo, xenofobia e intolerância. Como já foi referido anteriormente, focaremos estes temas na embrionária análise empírica apresentada em seguida, tendo em conta que estes graves problemas sociais são um fenómeno comum a muitos países europeus, e principalmente estando actualmente em grande foco nos meios de comunicação social portugueses.

Principalmente nos anos 80 e 90, o Conselho da Europa emitiu algumas recomendações aos Estados membros referentes ao papel dos *media* na luta contra a intolerância, racismo e xenofobia. Em documentos emitidos em inícios dos anos 80, sublinhava-se o papel dos *media* na luta contra o racismo, a xenofobia, a propaganda fascista e o terrorismo. Estes documentos, apesar de alertarem os *mass media* para a responsabilidade social e ética que lhes compete e o papel fundamental que deles era esperado na luta contra esses valores repudiados por aquela instituição, não

eram muito explícitos quanto às medidas a tomar. Por exemplo, em 1980, a resolução 743 ("*on the need to combat resurgent fascist propaganda and its racist aspects*") da Assembleia Parlamentar do Conselho alertava os jornalistas no ponto sete:

Draws the attention of journalists and those responsible for the mass media to their responsibilities in connection with the public propagation of information likely to encourage the development of reactions of a racist and élitist nature.

Apesar de pouco incisiva e explícita em termos de medidas a tomar, outras recomendações foram elaborando este tema. A recomendação 963, em 1983, ("*on culture and cultural means of reducing violence*") do Conselho de Ministros daquela organização atribui aos *media* uma parte do documento, onde se lamenta a tendência crescente para a presença de violência nos *media* visuais; onde se teme que o controlo nacional sobre os *media* seja impossibilitado com o desenvolvimento das tecnologias, como por exemplo a televisão por satélite; e por outro lado, onde se propõem medidas concretas aos Estados membros, nomeadamente que estabeleçam formas de monitorização dos *media* através de associações cívicas, e se exija a prestação de contas públicas em relação aos conteúdos dos *media*. Por fim, pede-se aos Estados que desenvolvam formas de tornar claro à imprensa e meios audiovisuais a sua responsabilidade quanto à capacidade de disseminação de exemplos de violência política, sendo por isso vital a formação de todos os profissionais ligados ao sector em relação aos efeitos dos *media*.

Não podemos deixar de desconfiar do enfoque dado à necessidade de controlo sobre os *media*, o que pode levantar receios em relação à possibilidade de censura. Porém, se pensarmos nas dificuldades que a concentração de propriedade de meios de comunicação social em grandes monopólios pode impor à democraticidade e diversidade dos *media*, não deixa de ser importante haver uma certa monitorização

por parte de outras instituições, principalmente no caso de serem associações cívicas, como é proposto.

Para terminar a análise de documentos do Conselho da Europa, é essencial referir a recomendação 1277 (1995)¹ ("*on migrants, ethnic minorities and media*"), emitida em 1995 pela Assembleia Parlamentar. Como o próprio nome indica, este documento é fundamental para perceber a posição europeia sobre a responsabilidade dos *media* na promoção ou desvalorização da imagem das populações imigrantes e de minorias étnicas. Nesta recomendação é sublinhada a influência que a representação destas populações nos *mass media* pode ter na diminuição ou aumento de sentimentos racistas, e na confirmação ou negação de estereótipos:

2. Media presentation of subjects connected with immigrants and ethnic minorities has a significant influence on public opinion. Although the media constitute an important means of combating racist and xenophobic views, prejudices and preconceived ideas, they can also have a role in the emergence or strengthening of such views.

3. Migrants and ethnic minorities are entitled to be portrayed comprehensively and impartially in the media. This is a pre-condition if all citizens are to take a more rational view of immigration and multiculturalism and accept persons of immigrant origin or members of ethnic minorities as their equals.

Estes objectivos atribuídos aos *media* deverão ser atingidos através de medidas a tomar a nível nacional, como por exemplo a realização de seminários e cursos sobre educação intercultural para profissionais dos *media* e, incluir na educação formal dos cursos de jornalismo questões de ética relacionadas com a intolerância.¹¹ Os *media* locais são considerados fundamentais para uma melhor integração e participação das populações de imigrantes. Podemos identificar uma referência e preocupação com o papel que os meios de comunicação social podem cumprir no reconhecimento cultural das minorias, estabelecendo-se uma ligação

estreita entre os *media* e a educação para a cidadania. Os *mass media* podem (ou devem) fazer parte de um processo alargado de educação para os direitos humanos, educação intercultural, educação para a diferença e para a tolerância, através, por exemplo, da representação do maior número possível de grupos sociais minoritários numa sociedade, contribuindo para o desenvolvimento de um “meio-ambiente” (expressão de Manuel Pinto) que contribuiria para o respeito e diversidade cultural, essenciais a sociedades multiculturais.

Simultaneamente a esta recomendação, o Conselho da Europa começa a preparar o lançamento do projecto referido na introdução deste trabalho, centrado na educação para a cidadania democrática, que arranca oficialmente em 1997. Este projecto pretende desenvolver um novo paradigma de educação atribuindo-lhe um cunho político e social uma vez que se propõe contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade livre, tolerante e justa. É extremamente abrangente, no sentido em que inclui áreas diferentes na educação formal, não-formal e informal, como por exemplo a educação intercultural, a educação global, a educação ambiental, a educação para os direitos humanos, e a educação para os *media*. A última dimensão tem por objectivo principal desenvolver o sentido crítico dos jovens em relação aos meios de comunicação social como parte de uma cidadania democrática activa. Porém, no que diz respeito a propostas concretas, o documento final que providencia as últimas orientações aos Estados membros¹² refere apenas que

Where education for democratic citizenship is concerned, it would be appropriate to:

- develop media education and education in the new information technologies: [...]
- encourage mass media to contribute to the promotion of education for democratic citizenship.

Neste sentido, existem em Portugal alguns exemplos de aproximação directa e explícita dos dois agentes educativos, os *media* e a escola. Por exemplo, o projecto

“Público na Escola”, que produz e fornece às escolas materiais de apoio desenvolvendo temas relacionados com os *media*, e a abertura dos canais de televisão a visitas de estudo mediante solicitação das escolas. Na televisão surgiram outros exemplos, como por exemplo a série de sucesso “Rua Sésamo”, ou o programa “FORUM-Estudante”, apresentado no início dos anos 90, por um canal privado.¹³

A Comissão Europeia, instituição com poderes executivos sobre os Estados membros, tem olhado os *media* numa perspectiva mais pragmática. Esta instituição tem desenvolvido e apoiado a indústria audiovisual europeia. Através dos seus programas de apoio, a Comissão tem ajudado à promoção e divulgação de programas, filmes, documentários, etc. realizados por empresas europeias de audiovisuais. O *rationale* que enquadra estes programas baseia-se em questões culturais e de identidade europeia que se pretende promover. Na Comunicação “*Making citizenship work: fostering European culture and diversity through programmes for Youth, Culture, Audiovisual and Civic Participation*”, de 2004,¹⁴ os objectivos do novo programa para o sector audiovisual a partir de 2007 incluem a promoção da diversidade cultural e do diálogo intercultural:

Only by acquiring the necessary skills to develop films and other audiovisual works with a European dimension, and by distributing, promoting (at festivals and markets) and broadcasting more audiovisual works from European countries will the European audiovisual industry make it possible for millions of Europeans to view works reflecting their cultures and those of their neighbours.

Não posso deixar de apontar, pela negativa, o facto de o documento, como se pode verificar pela citação, se referir aos “europeus” e suas culturas, o que não pressupõe a inclusão de cidadãos/ãs de outros países e/ou etnias, reflectindo uma Europa fechada sobre si mesma, e sobre as suas culturas nacionais “nativas” ou “genuínas”. Elaborado desta forma, este documento não apela à participação dos

media num processo de reconhecimento multicultural e inclusivo, enfraquecendo a pressão política sobre os meios de comunicação social enquanto agentes educativos.

5. *Media* em Portugal

Espero que estas páginas iniciais tenham deixado clara a forma como vemos a ligação entre os meios de comunicação social e a educação para a cidadania. Na sua vertente informal, a educação para a cidadania promove-se nas relações familiares, com os/as amigos/as, na partilha quotidiana de informações, conhecimentos, emoções. Os *media* são os interlocutores de muitos jovens e crianças durante várias horas diárias. Segundo dados indicados pela Comissão Europeia,¹⁵ 98% das casas europeias têm uma televisão, à frente da qual o/a cidadão/ã europeu/eia passa uma média de três horas diárias, média essa que aumenta no caso da população infantil. Nos Estados Unidos, um estudo elaborado pela *Kaiser Family Foundation*, publicado em 2005, vem confirmar a primazia da televisão sobre os restantes *media* actualmente à disposição das crianças e jovens. Por exemplo, o tempo livre que uma criança americana passa a ver televisão diariamente é de uma média de 4 horas e 17 minutos, contra uma média de 1 hora e 25 minutos a utilizar o computador (nas mais variadas actividades, incluindo ligação à Internet). Os meios de comunicação social têm, sem dúvida, o poder de influenciar a opinião pública e, dessa forma, intervir na sociedade, e “formar” informando.

De que forma têm os meios de comunicação social em Portugal cumprido esse papel educativo e cumprido a sua responsabilidade social, no sentido de não transmitir estereótipos e preconceitos, de forma mais ou menos explícita, especificamente em relação a minorias étnicas e imigração?

Começo pela imprensa, utilizando um relatório referente ao ano de 2004 da *SOS Racismo*. Desde Setembro de 2003 que esta associação mantém um *blogue* com o objectivo de fazer um levantamento diário de notícias da imprensa relativas à

imigração e discriminação racial. A partir deste projecto, a *SOS Racismo* lançou o primeiro relatório sobre esta temática. São fornecidos alguns dados concretos, como por exemplo o facto de 55% das notícias analisadas por esta ONG serem dedicadas ao tema imigração. “Destas, cerca de um terço (32%) são referentes a políticas de imigração, neste ano marcado pela regulamentação da Lei de Imigração e o processo de legalização de brasileiros. Quase outras tantas notícias (27%) estão relacionadas com acções de fiscalização de cidadãos estrangeiros indocumentados ou de algum modo associadas à criminalidade. As restantes notícias apresentam resultados de estudos demográficos e económicos (12%) ou relatam iniciativas de apoio a imigrantes (11%) ou de índole multicultural (6%).” (SOS Racismo, 2004: 19) Na opinião desta associação, “estas notícias contribuem para um reforço dos estereótipos criminalizantes dos imigrantes a residir no país.” (*ibid*: 42) Uma das comunidades particularmente afectadas por notícias sobre criminalidade é a comunidade cigana. Dos 10% das notícias analisadas referentes à comunidade cigana, 35% referiam-se à precaridade de habitação, 12% à criminalidade e cerca de 7% à venda ambulante e actividades culturais ciganas. (*ibid*: 43)

Um aspecto positivo, apontado pela associação, será o facto de menos de 1% das notícias analisadas serem sobre actividades de extrema direita no país (*ibid*: 48).

Este relatório termina com um texto de Isabel Ferin da Cunha, investigadora no Instituto de Estudos Jornalísticos, a qual apresenta dados menos negativos, reforçando o facto de se notar uma melhoria na representação destas populações pelos *media* em Portugal, havendo “indícios de ‘boas práticas’ no tratamento de alguns temas de grande sensibilidade” (SOS Racismo, 2004: 56) Segundo esta investigadora, pode dizer-se que foi tendência geral dos *media* a busca de temas alternativos aos tradicionais (crime e violência) sobre os imigrantes e as minorias étnicas. O trabalho, as políticas de imigração e a integração terão sido áreas privilegiadas dos jornalistas no que respeita a estas populações. Em termos da forma,

“pode-se afirmar que houve uma aquisição de práticas que reflectem um maior conhecimento da temática, bem como uma preocupação cívica pela apresentação e construção dessas comunidades em situação social mais frágil”.¹⁶ Dos indicadores positivos a investigadora ressalta a linguagem pertinente, a nomeação de actores sociais, a utilização de dados estatísticos e a diversificação das fontes e das temáticas (*ibid.*: 61). Em relação à televisão especificamente, a tendência é igualmente de melhoria, não tanto em quantidade, pois tem-se vindo a notar um decréscimo no número de peças jornalísticas, mas na qualidade das peças, marcadas pela qualidade e extensão da informação de algumas, ou seja, a realização de “grandes reportagens”. Estas reportagens, das quais a autora destaca a que abordou a Lei da Nacionalidade e as que abordaram

o fenómeno “Casas de Alterne” numa perspectiva macro-económica e social, [...] recorrem a fontes alternativas [...] apresentam diversidade e qualidade na informação veiculada, alertam para realidades vividas pelos imigrantes e minorias, a partir das suas vivências do quotidiano. Por outro lado, utilizam uma linguagem e uma imagem sóbria, narrando factos e evitando os detalhes emocionais, dando voz aos actores sociais envolvidos, expondo as inter-relações através de um tom neutro e vocabulário apropriado. (*ibid.*, p. 62).

Esta melhoria na qualidade da abordagem deste tema por parte dos *media* não é atribuída a um único factor. Na verdade a autora especula entre quatro possibilidades: a) “progressiva responsabilidade social e consciência cívica adquirida pelas empresas dos grandes grupos Media e seus jornalistas”; b) “como uma intervenção cirúrgica numa área extremamente sensível às tensões culturais, religiosas, económicas e sociais de diferentes matizes. Esta intervenção estaria a ser realizada por determinados organismos e pessoas, de autoridade e de poder, conhecedores dos mecanismos de decisão nos grandes grupos Media”; c) “as pressões

de organismos do governo que tutelam esta área, em decorrência de outras pressões sofridas de carácter internacional, nomeadamente da Comissão Europeia"; e por último, esta tendência favorável à imagem dos imigrantes e minorias seria d) "para exemplificar o processo levado a cabo pelo governo de 'domesticação dos media' no país a partir das elites e em conformidade com seus interesses" (*ibid.*: 57). Efectivamente, consideramos pouco explícitos os factores apresentados pela autora, por ela assumidos como especulações, e que nós sublinhamos.

Para terminar, damos dois exemplos concretos da televisão portuguesa, em relação à representatividade da diversidade cultural existente na sociedade portuguesa contemporânea, os quais ilustram, precisamente, o oposto da análise positiva de Cunha (SOS Racismo, 2004). Um exemplo, em parte positivo, ocorreu no dia 1 de Junho de 2005, no noticiário das 20h, num dos canais privados generalistas, o qual apresentava uma reportagem alargada sobre a taxa de natalidade em Portugal. A pretexto do dia mundial da criança, foram entrevistadas mães que deram o seu testemunho sobre motivos para a decisão de ter um ou mais filhos. As imagens que acompanharam esta reportagem foram variadas, mostrando crianças de várias "cores" e culturas. Porém, somente mães portuguesas brancas deram o seu testemunho. Consideramos, por um lado, ser possível interpretar este exemplo como menos negativo e com algum optimismo se tivermos apenas em conta a presença mais heterogénea de crianças, indiciando uma preocupação com uma representação mais multicultural da comunidade (pré)escolar. Porém, ao serem entrevistadas apenas as mães brancas, fica subentendido que este é um problema de famílias da classe média, brancas, de origem portuguesa. Os problemas concretos respeitantes à comunidade negra terão ficado por expor e debater. Este é um exemplo claro de "multiculturalismo benigno" ao representar de forma passiva e meramente visual um grupo, sem lhe dar voz.

Apesar de não ser multicultural nem representativa na sua totalidade, consideramos esta peça parte dos esforços em tornar a nossa televisão menos “unicolor”, dando uma certa visibilidade (ainda que passiva) a outros grupos sociais. Esta monotonia de cores surgiu em peças jornalísticas anteriores, quando o tópico era a violência crescente nas escolas, desta feita com a presença apenas de crianças negras, enviesando toda a mensagem e racializando a indisciplina e criminalidade juvenil, contribuindo gravemente para a manutenção de estereótipos negativos em relação à “raça” negra.

O segundo exemplo que pretendemos apresentar é também muito recente, de dia 21 de Junho, e neste caso bastante negativo. Neste dia, tal como nas duas semanas anteriores a ele, os noticiários abriram o programa com notícias sobre assaltos nos comboios na chamada “linha de Sintra”, numa onda de notícias sobre violência iniciada pela notícia sobre o “arrastão” na praia de Carcavelos.¹⁷ Mais imagens dos assaltos foram reveladas, desta vez de um “arrastão” dentro do comboio, que pelo número elevado de “participantes” tornava impossível identificar o que se estava a passar. O grave é que, quando o “arrastão” termina, observa-se pessoas, de “raça” negra, a sentarem-se de novo. O jornalista, num comentário pouco informado, afirma que eram assaltantes que estavam a retornar ao lugar. Este pequeno comentário só pode ter sido informado pelo próprio preconceito do jornalista, pois momentos antes, um outro comentador afirmava o oposto, dizendo que eram passageiros que retomavam o lugar.

Consideramos este exemplo paradigmático da manipulação da opinião pública, e da criação de um ambiente específico (neste caso negativo), generalizando uma imagem negativa de um determinado grupo social. Na verdade, um jornalista, ainda a propósito dos casos de violência em Lisboa, dizia a certa altura “Nesta onda crescente de violência nos últimos tempos...” Esta afirmação é também pouco correcta. Se, por um lado, problemas de violência nessas zonas sempre foram

recorrentes, por outro, dados fornecidos posteriormente pela PSP vieram indicar mesmo um decréscimo significativo na taxa de criminalidade na “linha de Sintra” quando comparando o primeiro trimestre de 2005 com o ano transacto.¹⁸ Aquela afirmação poderia ter criado uma sensação exponencial de insegurança na população, e ter agravado sentimentos racistas e xenófobos da população em geral, uma vez que as imagens dos agressores eram sempre de jovens negros.

A situação agrava-se se tivermos em conta que as notícias eram transmitidas de modo isolado, todos os dias com novas imagens de novos assaltos. Se, por um lado, é um problema social a que os *media* devem estar atentos de forma a fazer pressão sobre os governantes para que tomem medidas, por outro lado deveria ser alvo de debates profundos, a um nível sócio-económico mais alargado e complexo, de forma a contextualizar os problemas sociologicamente, e a minorar os efeitos negativos sobre a imagem dos/as cidadãos/ãs portugueses/as ou estrangeiros/as de origem africana.

É esta situação criada pelos *media* que Bourdieu contesta no posfácio da sua obra *Sobre a Televisão* quando explica

Esta visão des-historicizada e des-historicizante, atomizada e atomizante, encontra a sua realização paradigmática na imagem que do mundo dão as actualidades televisivas, sucessão de histórias na aparência absurdas que acabam por se assemelhar todas umas às outras [...] produz uma representação do mundo preñe de uma filosofia da história como sucessão absurda de desastres dos quais nada ninguém compreende e sobre os quais nada pode ninguém. (2001: 113-4)

6. Conclusões

O sector dos *media* e da comunicação social é, de facto, um sistema complexo e dinâmico, constituído por teias de factores, causas, características que influenciam e

são influenciados pela comunidade civil, fazendo parte integrante dela, e do sistema democrático que compõe as sociedades ocidentais modernas.

Desde a concepção de Habermas a concepções mais progressistas, com base na teoria da democracia radical, os *media* são, consensualmente, parte integrante da vida pública e influente na formação de uma opinião e espaço públicos. É inevitável pensar em democracia sem pensar o papel desempenhado pelos *media* independentes e livres, porém socialmente responsabilizados.

As interações sociais dão-se não só por relações directas mas, principalmente e gradualmente com maior intensidade, por relações mediadas. Os *media* fazem parte do nosso quotidiano e da nossa vida enquanto cidadãos/ãs. A sua importância em termos educativos não se coloca apenas no sentido em que os jovens devem aprender a interpretar os *media*. Os próprios meios de comunicação social terão de enfrentar essa dimensão acrescida sobre si de responsabilidade social, ética, cultural e, conseqüentemente, educativa. É necessário uma mudança nas mentalidades dos profissionais desta área, de forma a contribuírem para a construção de uma sociedade mais digna, justa e democrática. Apesar de haver alguma demissão dessa função por parte dos/as profissionais portugueses/as, são de reter os esforços positivos que têm vindo a ser encetados.

Numa altura em que a Educação se repensa, procurando uma adaptação a mudanças profundas nas sociedades "ocidentais", é fundamental que todos os parceiros educativos reajam e se aliem neste empreendimento. Para isso as políticas culturais e educativas deverão tornar-se mais "interdisciplinares", tendo em conta a complexidade e abrangência das questões sociais que se propõe abordar no âmbito da educação para a cidadania.

Bourdieu, apesar de se mostrar bastante pessimista com o panorama no sector da televisão em França, revela esperança num público espectador crítico:

[...] que ao cinismo dos produtores de televisão, cada vez mais próximos dos publicitários nas suas condições de trabalho, nos seus objectivos (a busca da audiência máxima e, portanto, do “pequeno mais” que permite “vender melhor”) e no seu modo de pensamento, possa deparar-se como limite ou antídoto o cinismo dos espectadores (ilustrado nomeadamente pelo *zapping*). (Bourdieu, 2001: 114-5)

¹ Este ensaio decorre, em parte, do trabalho de recolha de documentação enquanto investigadora júnior do projecto europeu INTERACT - *Intercultural Active Citizenship Education* - coordenado pela Doutora Manuela Guilherme, CES, e apoiado pelo 6º Programa-Quadro de Apoio da Comissão Europeia (FP6, no. CIT2-CT-2003-506023)

² Ao longo deste trabalho utilizarei os conceitos “meios de comunicação social”, “*mass media*” e “*media*”, referindo-me aos meios de comunicação de massas “tradicionais” como a televisão, a imprensa e a rádio. Apesar de a Internet constituir um meio de comunicação de massas fundamental nos dias de hoje, considero que requer uma análise mais pormenorizada e específica por ser ainda um meio pouco acessível a uma larga faixa da população e, por outro lado, responder a uma lógica própria.

³ A Escola de Frankfurt foi uma corrente de pensamento marxista, fundada pelos teóricos Horkheimer e Pollock. No resultado desta linha de pensamento, Adorno desenvolveu a teoria sobre a indústria cultural, segundo a qual os produtos culturais resultam de uma racionalidade técnica e obedecem às mesmas fórmulas de produção. A intenção será homogeneizar a produção cultural de forma a condicionar todos/as a uma hegemonia cultural (ver Adorno, 2003).

⁴ Curran explicita o facto de esta análise não ter por base uma teoria estruturada e debatida academicamente. Segundo o autor, esta visão da função dos *mass media* tem sido mencionada, referida, reivindicada não só por teóricos mas também por profissionais do ramo, mas não constitui ainda uma corrente formal teórica. É seu propósito esquematizar as suas principais características.

⁵ Apesar de haver nesta visão uma procura de justiça social (valor de suma importância), certas questões podem ser colocadas quanto aos actores que se propõem desempenhar esse papel de “justiceiros”. No caso português, um canal televisivo privado em particular adopta essa postura de forma declarada, e é fácil perceber a linha ténue que acaba por ser delineada entre informação e exploração de sentimentos e de situações de fragilidade social. O

equilíbrio entre denúncia e qualidade de informação é necessário e, como veremos à frente, pode ser ajudado através do controlo dos *media* alternativos.

⁶ Chomsky é um outro autor que defende a tese de que os jornalistas são instrumentos ao serviço de poderes político-económicos instalados, vítimas ou instrumentos do capitalismo, a quem falta qualquer tipo de imparcialidade. Ver Chomsky, 2002.

⁷ Por isso, consideramos que os teóricos que defendem que o/a telespectador/a tem um papel activo frente a uma televisão, por exemplo, não ponderam os diferentes capitais culturais que as pessoas possuem, a partir das quais revelam diferentes capacidades de espírito crítico e de interpretação dos/as utilizadores/as dos *media*. Robert Hodge e David Tripp desenvolveram um estudo nesse sentido, em 1986.

⁸ Retirado do “Sítio do Sindicato dos Jornalistas”, em www.jornalistas.online.pt

⁹ O relatório “*All-European Study on Education for Democratic Citizenship Policies*” (2004), do Conselho da Europa, vem apresentar uma síntese de uma realidade que se apresenta muito variada no que diz respeito à concretização da educação para a cidadania na Europa. A forma como é implementada varia num leque que vai desde uma disciplina obrigatória em todos os níveis de ensino, a tópicos integrados noutras disciplinas, a uma área transversal a todo o ensino escolar (no caso, por exemplo, de Portugal) ou mesmo uma combinação de várias destas fórmulas. É, porém, claro que é uma tendência geral na educação europeia, uma vez que está presente em 43 países do Conselho da Europa, sendo que em 19 destes existe uma disciplina específica durante parte ou a totalidade do ensino escolar.

¹⁰ O motivo da utilização das aspas prende-se com o facto da nossa dúvida quanto à existência de uma política, pois os documentos que existem são recomendações e declarações, sem que haja uma verdadeira política no sentido de legislação com força vinculativa nos países membros. Para facilidade de trabalho, utilizarei a palavra “política”.

¹¹ Em Portugal, a disciplina de ética e deontologia faz parte da maioria dos cursos de jornalismo e ciências da comunicação. Quanto à educação intercultural para jornalistas, numa breve pesquisa *online* não encontramos referência a nenhum curso ou seminário. No site do Centro de Investigação *Media* e Jornalismo, um centro que proporciona vários cursos de actualização para jornalistas, não há oferta actualmente desta temática. Decorre, no entanto, um projecto de investigação sobre “Televisão e as imagens da diferença” (Consultar em www.cimj.org)

¹² Recommendation Rec (2002)12 of the Committee of Ministers to member states on education for democratic citizenship

¹³ Não podemos, porém, deixar de mencionar que este tipo de formato se mantém em Portugal principalmente no canal dois da televisão pública, tendo os restantes canais (público e privados) dado lugar a programação menos explicitamente didáctica, cedendo às lógicas de mercado.

¹⁴ /*COM/2004/0154 final*/

¹⁵ *ibid*

¹⁶ Esta preocupação e atenção, para com um grupo da sociedade marginalizado, terão sido influenciadas por uma corrente jornalística que tende a tomar uma posição activa na promoção da cidadania, na defesa de valores cívicos e na informação sobre práticas cívicas. Esta perspectiva jornalística, denominada por jornalismo cívico ou público, teve origem nos EUA em inícios dos anos 90. Ver Rosen, 1999. Na linha, aliás, da concretização da perspectiva democrática radical que vimos na primeira parte do trabalho.

¹⁷ É de relembrar a peça jornalística divulgada pela Internet, algumas semanas depois, que veio defender a ideia de que o dito “arrastão” nunca tinha acontecido. A discussão sobre a pura invenção de notícias e a total desvirtuação da informação pelos *media* não se enquadra neste trabalho, mas seria de questionar quais as consequências graves que tal acção pode provocar junto dos grupos envolvidos e mencionados, agravando, possivelmente, sentimentos de desconfiança e racismo mútuos, e, por outro lado, quais as medidas políticas ou mesmo jurídicas a tomar em relação aos jornalistas e responsáveis editoriais.

¹⁸ De sublinhar que esta “correção” foi feita no mesmo canal televisivo, no dia seguinte ao comentário não informado daquele jornalista.

Referências bibliográficas

- Adorno, Theodor W. (2003) *Sobre a Indústria da Cultura*. Coimbra: Angelus Novus
- Baert, Patrick (1998) *Social Theory in the Twentieth Century*. Oxford: Polity Press
- Bourdieu, Pierre (2001) *Sobre a Televisão*. Oeiras: Celta Editora.
- Chomsky, Noam (2002) *A Manipulação dos media. Os efeitos extraordinários da propaganda*. Lisboa: Editorial Inquérito, pp. 9-72

- Conselho Nacional de Educação (1993), *A educação e os meios de comunicação social. Actas do seminário*. 2 e 3 de Dezembro de 1993, Lisboa: CNE.
- Council of Europe (2002) *Critical approach to the media in civic education*. Report by Mark Taylor. Strasbourg: CoE
- Cruz, João Cardoso (2002) *Introdução ao estudo da comunicação. Imprensa, Cinema, Rádio, Televisão, Redes Multimédia*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Curran, James (1997) "Rethinking the media as a public sphere", in Dahlgren, P. and Sparks, C. *Communication and Citizenship. Journalism and the Public Sphere*. New York: Routledge, pp. 27-57
- Dahlgren, Peter (1997) "Introduction", in Dahlgren, P. and Sparks, C. *Communication and Citizenship. Journalism and the Public Sphere*. New York: Routledge, pp. 1-24.
- Freire, Paulo (1972) *Pedagogia do Oprimido*. Porto: Afrontamento
- Gundara, Jahdish (2000) "Social Diversity, Inclusiveness and Citizenship Education, in Lawton, D., Cairns, J. and Gardner, R. *Education for Citizenship*. London and New York: Continuum
- Habermas, Jürgen (1987) *Toward a Rational Society; Student Protest, Science, and Politics*. Cambridge: Polity Press
- Habermas, Jürgen (2002) *Historia y crítica de la opinión pública. La transformación estructural de la vida pública*. Barcelona: Gustavo Gili, SA
- Mendes, José Manuel (2004) "Media, públicos e cidadania" *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70, Dezembro de 2004, pp. 147-158.
- o Público* (1998) *Livro de estilo. Público*. Lisboa: Público.
- Rosen, Jay (1999) *What are Journalists for?* New Haven and London: Yale University Press
- Santos, Boaventura de Sousa (2000) *A Crítica da Razão Indolente. Contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento.
- SOS Racismo. *Imprensa 2004*.

Outras fontes

- Council of Europe. Parliamentary Assembly. Resolution 743 (1980) *on the need to combat resurgent fascist propaganda and its racist aspects* (disponível em <http://assembly.coe.int/Mainf.asp?link=/Documents/AdoptedText/ta80/ERES743.htm>)

Council of Europe. Parliamentary Assembly. Recommendation 963 (1983) *on cultural and educational means of reducing violence* (disponível em <http://assembly.coe.int/Mainf.asp?link=/Documents/AdoptedText/ta83/EREC963.htm>)

Council of Europe. Parliamentary Assembly. Recommendation 1277 (1995)¹ *on migrants, ethnic minorities and media*
<http://assembly.coe.int/documents/adoptedtext/ta95/erec1277.htm>

Council of Europe. Recommendation Rec(2002)12 of the Committee of Ministers to member states *on education for citizenship*
(disponível em <https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?id=313139&BackColorInternet=9999CC&BackColorIntranet=FFBB55&BackColorLogged=FFAC75>)

Council of Europe (2004). *All-European Study on Education for Democratic Citizenship Policies*. Strasbourg: Council of Europe Publishing (disponível em www.coe.int/T/e/Cultural_Co-operation/Education/E.D.C/Documents_and_publications/By_Subject/Policies/All_european_study_complete.PDF)

European Commission (2004). Communication from the Commission - *Making citizenship work: fostering European culture and diversity through programmes for Youth, Culture, Audiovisual and Civic Participation*. (disponível em http://europa.eu.int/eur-lex/lex/LexUriServ/site/en/com/2004/com2004_0154en01.pdf)

Centro de Investigação *Media* e Jornalismo: www.cimj.org

Sindicato dos Jornalistas: www.jornalistas.online.pt

Clube dos Jornalistas: www.clubedejornalistas.pt

"Generation M: Media in the Lives of 8-18 Year-olds". A Kaiser Family Foundation Study. March 2005. (disponível em <http://searchenglish.britishcouncil.org>)